

SER OU NÃO SER EUROPEU

A cobertura jornalística da assinatura
do acordo comercial entre Portugal e a CEE em 1972

CARLA BAPTISTA

UNL-FCSH

Resumo

Em Maio de 1970, Portugal pediu para que fossem abertas negociações, tendo em vista a sua integração no Mercado Comum. Os acordos comerciais com a então CEE foram assinados em Julho de 1972, incluindo todos os países membros da EFTA não candidatos à adesão (Áustria, Finlândia, Islândia, Portugal, Suécia e Suíça). A adesão à Europa dividiu as elites políticas portuguesas, entre os reformistas que viam nesse gesto o impulso vital para a democratização e modernização do país, e os “ultramarinistas” que defendiam a manutenção intransigente da política colonial. Este debate, que acabou sendo sobre a própria sobrevivência do regime, foi enquadrado por alguns jornais, apesar da Censura, e reflecte as profundas contradições do Marcelismo.

Palavras-chave

Europa; Ultramar; CEE; Marcelismo; Jornalismo

A política salazarista em relação à Europa tem sido apelidada pelos estudiosos da matéria como “pragmática”. Apesar de ter permanecido uma ditadura até 1974, o país integrava e cooperava com os principais organismos económicos europeus, não vivendo os mesmos níveis de isolamento internacional experienciado pela vizinha Espanha nos anos a seguir ao fim da II Guerra Mundial. Foi um dos Estados fundadores da NATO, em 1949, e da Associação Europeia de Comércio Livre, em Dezembro de 1959.

Estas opções, no entanto, não implicaram desvios em relação à linha política do regime e mantiveram-se confinadas à esfera económica. A adesão de Portugal à EFTA, ao contrário da assinatura dos Acordos entre Portugal e as Comunidades Europeias, em Julho de 1972, não suscitou a hostilidade dos ultra conservadores que

sempre defenderam com intransigência a “opção ultramarina”, isto é, a manutenção à força das antigas colónias africanas e de Portugal como “nação pluricontinental”.

Na década de 70, porém, o ambiente político interno já era muito marcado pelas frustrações e crispações geradas pelo recuo de Marcelo Caetano em assumir a prometida “renovação”, ainda que “na continuidade”. A questão da adesão de Portugal à CEE não só introduziu a ideia de Europa no debate público nacional como concentrou em si as profundas divisões existentes entre as elites portuguesas e, nessa medida, motivou uma discussão acerca da sobrevivência do próprio regime.

Entre 1970 e 1972, data da assinatura do acordo comercial, *muita água correu debaixo das pontes* da política portuguesa, ajudando a debilitar o que restava do autoritarismo salazarista e das suas grandes opções, reforçando a ideia da necessidade de uma mudança que passaria, afinal, pelos três *D's*, embora, talvez, numa ordem inversa àquela que a Revolução de Abril haveria de consagrar: desenvolver, democratizar, descolonizar.

A revisão constitucional de 1971, prevendo maior autonomia para as chamadas províncias ultramarinas, a existência da *Ala Liberal* saída das eleições legislativas de 1969 e a agitação que as iniciativas daqueles deputados provocaram na Assembleia Nacional, insistindo sempre na necessidade de o regime enveredar por uma “democracia de estilo europeu”, nas palavras de Sá Carneiro, são sinais claros de que amplos sectores das elites tinham já interiorizado e pugnavam por uma reconversão geral das grandes opções nacionais.

Numa primeira fase, Marcelo Caetano tentou capitalizar a seu favor esses sectores reformistas, tornando-os seus aliados. A remodelação governamental de Março de 1969, na realidade o primeiro governo realmente *seu*, já que o anterior fora herdado de Salazar, é disso um expressivo exemplo, com a entrada em funções da chamada “ala tecnocrática do Marcelismo”, dos quais se destaca um conjunto de secretários de Estado com perfil técnico, moderno e pró-europeu: Rogério Martins, na Indústria; Xavier Pintado, no Comércio; Costa André, no Tesouro; João Salgueiro, como subsecretário de Estado do Planeamento Económico.

Rogério Martins chamou para colaboradores um conjunto de jovens quadros muito inspirados pela corrente desenvolvimentista: João Cravinho (Gabinete de Planeamento), José Torres Campos (Direcção-Geral da Indústria) e Magalhães Mota (chefe de gabinete).

O Marcelismo, ao gerar espaços de abertura, abrindo o leque do recrutamento político e apostando no refrescamento dos quadros dirigentes, criou uma situação am-

bígua, característica deste período em várias dimensões: além da tradicional “oposição democrática”, ela própria também crescentemente organizada e maturada - as divisões entre a CDE (Comissão Democrática Eleitoral, mais ligada ao PCP) e a CEUD (Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, mais ligada aos socialistas), assumidas na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1969, traduziram uma divisão de forças sintonizada com a multiplicidade de posições existentes - o regime contava *dentro* de si, e não *fora*, com alguns dos seus mais credíveis e eficazes críticos.

A ambiguidade verificou-se entre a classe política mas já existia, por exemplo, entre os intelectuais e os académicos. Mário Murteira faz radicar a génese do moderno pensamento social português justamente num grupo de intelectuais, que sendo críticos do regime, ocupavam cargos de responsabilidade pública:

“Adérito Sedas Nunes fazia parte de um grupo restrito, mas influente, de intelectuais e investigadores sociais (entre eles Francisco Pereira de Moura) que na altura beneficiavam de um estatuto muito particular na sociedade portuguesa, que, aliás, também o autor destas linhas partilhou: por um lado, eram críticos nas suas análises, que surgiam como cientificamente fundamentadas e «objectivas» na base empírica de que se socorriam; por outro lado, pertencendo ao meio católico e (até certa altura) próximo da hierarquia da Igreja, não era nem fácil nem cómodo ao poder constituído cortar-lhes a palavra.

*Esse estatuto de algum modo ambíguo — estar «dentro» do regime político para criticá-lo indirectamente, mas cada vez com maior virulência — permite desenvolver-se e exprimir-se um pensamento crítico da sociedade portuguesa, de que Sedas Nunes era, sem dúvida, um dos principais expoentes na década em referência. A «novidade» desse pensamento não reside, pois, tanto no domínio da teoria ou do paradigma científico, mas sim na intenção de fazer avançar uma consciência crítica da sociedade portuguesa, em grande parte baseada nos métodos de investigação das ciências sociais”.*¹⁰

Apesar de Marcelo Caetano ter lançado, entre 1968 e 1970, uma série de significativas reformas nos planos social, educacional e económico, a sua recusa em encontrar uma solução negociada para a guerra colonial teve como consequência a crispação desses sectores reformistas. Marcelo Caetano reagiu defensivamente ao desalinhamento daqueles que julgara seus aliados, recuando nas reformas e conduzindo à generalização do descontentamento popular e à radicalização da oposição ao regime.

10. Mário Murteira, “Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal”, *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º), pp. 745-752.

O momento inaugural dessa clivagem entre os “ultramarinistas” e os “reformistas” foi o discurso do secretário de Estado da Indústria, Rogério Martins, no Colóquio de Política Industrial, promovido pela Associação Industrial Portuguesa (AIP), na FIL, em Lisboa, defendendo a necessidade de abertura da economia portuguesa aos mercados europeus e o fim do proteccionismo industrial.

Segundo José Manuel Tavares Castilho, “ficou célebre a polémica levantada por este discurso, não tanto pelo que se disse, mas sobretudo pelo que deixou de ser dito: o então secretário de Estado da Indústria é acusado de ser ter referido a Portugal sempre e apenas como espaço europeu, sem qualquer referência ao Ultramar. Estava desencadeado o debate que permaneceria em aberto até ao derrube do regime”.¹¹

Este colóquio foi alvo de uma intensa cobertura jornalística. Os suplementos económicos e as páginas de economia que existiam nalguns jornais, sobretudo entre os vespertinos *A Capital*, *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*, justamente aqueles que eram mais liberais e menos vulneráveis à instrumentalização política governamental, mediatizaram os debates realizados no âmbito do referido colóquio, traduzindo (bem) as grandes questões políticas e sociais que se escondiam atrás dos números e relatórios técnicos.

Parece hoje estranho que tópicos tão especializados como “política industrial e integração europeia”, “novo espírito de empresa”, “mão de obra industrial”, “concentração ou concorrência” ou ainda “investigação e produtividade” (títulos de algumas das mesas temáticas) tenham sido tão meticulosamente acompanhados pelos meios de comunicação social, mas este encontro ganhou uma dimensão dramática, constituindo-se como um momento de *passagem* de um modelo económico com traços de feudalismo financeiro, em que o proteccionismo industrial perpetuava os privilégios de alguns poucos grupos familiares, para uma economia almejadamente aberta e concorrencial.

Na *fantasia* construtiva de alguns, o colóquio patrocinado pela AIP foi um palco simbólico onde se rasgou o “rumo de país novo”, título de um livro de Xavier Pintado, um dos obreiros das reformas nesta área. O discurso político que suportou e *inventou* a ideia deste outro Portugal – um país mais industrializado e mais atractivo para o investimento estrangeiro, que deixava de basear as suas vantagens competitivas apenas numa política de baixos salários para apostar no aumento da educação e da formação profissional, abrindo-se sem medo ao mercado europeu – recebeu um

11. José Manuel Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, Assembleia da República/Edições Afrontamento, Lisboa, 2000, p. 21.

amplo e favorável acolhimento dos jornais liberais, que o amplificaram e legitimaram em textos argumentativos.

Este debate era complexo e os jornalistas captaram o seu carácter sistémico: no caso particular da discussão sobre a industrialização, equacionaram bem que industrializar descondicionando significava europeizar e virar à Europa significava, a médio prazo, abandonar o Ultramar. Todas as questões relativas à política económica repousavam por isso num espesso fundo político que as tornava altamente explosivas e, exactamente por isso, mobilizadoras do ponto de vista do jornalismo.

A dicotomia Europa / Ultramar assumiu um relevo particular durante o Marcelismo. Para além dos aspectos político-ideológicos, que se mantinham bastante fortes numa parte dos políticos sobrevivendo ao salazarismo, a manutenção da política colonial era conforme aos interesses de um sector industrial tradicionalista que via as colónias como mercado fácil e pouco exigente, desobrigando-os da modernização imposta por uma hipotética adesão à Europa.

O parecer da Câmara Corporativa de 4 de Dezembro de 1972, sobre os Acordos de Associação com a CEE, onde foi relator o embaixador Henrique Martins de Carvalho, traduz bem a força que estes interesses políticos, industriais e agrários, mantinham na sociedade portuguesa:

“A vocação histórica do país tradicionalmente nos mantém afastados dos problemas do continente. Portugal está virado ao mar oceano, prolonga-se através dele, até ao seu vastíssimo Ultramar; em função das ligações marítimas alicerçou a aliança com a Inglaterra e por elas contacta com o seu grande irmão da América do Sul. Voltá-lo para a Europa significa inverter-lhe as linhas normais de convívio, com benefícios dificilmente previsíveis nos esquemas clássicos da economia”.

Se a opção ultramarina buscava a sua retórica legitimadora no imaginário épico das Descobertas, a opção europeia desenvolveu igualmente o seu leque de argumentos *históricos* para validar uma escolha política. Neste caso, o regresso à Europa representaria o religar do país às suas boas e velhas tradições liberais.

Mário Soares, no seu testemunho do exílio, publicado em 1974, *Portugal Amordaçado*, refere que *“no século XIX, Alexandre Herculano, “liberal dos sete costados”, teve a visão da singularidade do caso português, no mundo, e por isso concentrou a sua atenção no Portugal medievo, essencialmente democrática, cioso das suas franquias e liberdades municipais. Velho combatente contra o absolutismo, Herculano pretendia entroncar Portugal na tradição democrática, por forma a poder retomar o seu lugar no concerto das nações progressivas da Europa.*

No mesmo sentido, Antero de Quental – e com ela toda a famosa geração de 70 – procurou integrar Portugal no movimento de ideias comuns a toda a Europa, no convencimento de que estava aí a condição necessária e suficiente para pôr um travão à decadência plurissecular e para encaminhar o país na senda do progresso. Oliveira Martins foi mesmo mais longe e chegou a preconizar o abandono do Ultramar, considerando que Portugal se não devia deixar desviar do seu objectivo principal, que consistia – segundo ele – na concentração de todos os esforços no desenvolvimento da metrópole”¹²

Franco Nogueira, biógrafo de Salazar, do qual foi ministro dos Negócios Estrangeiros, e um dos mais determinados defensores de “um salazarismo sem Salazar”, colocou a questão em termos liminares: “*Entrar no mercado comum implica uma opção exclusivamente europeia e, portanto, com abandono do Ultramar*”.¹³

Refere ainda as resistências que a maioria dos ministros de Marcelo Caetano levantaram à abertura das negociações com a Comunidade: “*Está dividido o gabinete: há uma corrente europeia, há uma corrente ultramarinista. Para a primeira, Portugal deve mesmo solicitar a admissão no mercado comum: seria a participação na riqueza de uma Europa altamente desenvolvida. Para a segunda, é perigoso abandonar a posição histórica de Portugal, sempre de costas para o continente e de frente para o mar*”.¹⁴

Marcelo Caetano procurou fazer o pleno entre as duas posições, assumindo que a opção europeia se jogava apenas no plano económico, enquanto, cultural e historicamente, Portugal manteria as suas raízes *atlânticas*. É este o sentido do seu discurso, proferido em 1970 aos militantes da Acção Nacional Popular (partido único), onde afirma que a escolha entre a África e a Europa “é um falso dilema”.

O presidente do Conselho de Ministros, nessa altura já acochado pelas profundas divisões políticas à sua volta, resultantes da crispação dos reformistas impacientes com os seus continuados recuos e do endurecimento dos *ultras*, defendeu a inevitabilidade “do movimento de entendimento económico traduzido pela união aduaneira”, mas rejeitou “o movimento de integração política sob a forma da federação europeia”.¹⁵

12. Mário Soares, *Portugal Amordaçado, depoimento sobre os anos do fascismo*, Arcádia, Lisboa, 1974, p. 462.

13. Franco Nogueira, *História de Portugal, 1933-1974*, Livraria Civilização, Porto, 1981, p. 407.

14. Franco Nogueira, *Salazar*, vol. 5, Civilização, Porto, 1985, p. 105.

15. Marcelo Caetano, *Renovação na Continuidade*, Verbo, Lisboa, 1971, p. 19.

Marcelo Caetano evitou sempre clarificar a sua posição junto dos jornalistas portugueses. Mantendo uma prática que era, aliás, típica do seu antecessor no cargo, preferiu dar entrevistas aos jornais estrangeiros, que depois eram reverberadas pela imprensa nacional.

Afirmou em 1970, em entrevista ao *Le Figaro*: “*Orgulhamo-nos de pertencer à Europa mas não nos esquecemos que somos, também, atlânticos*”¹⁶; em 1972, em entrevista ao *Globo*¹⁷, referiu que a recusa da fórmula de integração no Mercado Comum se devera ao facto deste “*ser uma união aduaneira, com uma pauta única, e com tendência para a uniformização interna em matéria fiscal, económica e social*”; e ao *Il Tempo*¹⁸, insistiu na sua visão da “*Europa das Pátrias*”, afirmando: “*É necessário que a união europeia se faça sobre bases realistas, no respeito das particularidades nacionais, e não obrigado a um modelo ideológico*”.

Ao povo português, Marcelo preferiu dirigir-se através do programa televisivo *Conversas em Família*, onde explicou que “*a Metrópole está na Europa. Aqui possui as suas relações peculiares de vizinhança. E não pode, em nome das ligações que mantém com o Portugal africano, desconhecer o conjunto de interesses que a ligam aos restantes países do ocidente europeu*”.¹⁹

A posição táctica de Marcelo Caetano, forçada por imperativos económicos – a Grã-Bretanha representava mais de metade do valor das exportações portuguesas e, com a sua adesão à CEE, a EFTA perdia qualquer interesse estratégico – não chegou para aplacar os críticos desta ambivalência, cada vez mais numerosos e influentes dentro do próprio governo e da Assembleia Nacional.

Com efeito, a partir da remodelação governamental de 1969, o Executivo contava com um conjunto de ministros e secretários de Estado claramente favoráveis à opção europeia. Além já citados, é importantíssimo destacar o papel do ministro Dias Rosa, herdado da última remodelação feita por Salazar, que passou a acumular a pasta das Finanças com a da Economia, uma estratégia de concentração e optimização de poderes ensaiada por Marcelo Caetano em algumas áreas-chave da governação.

Júlio Tavares Castilho considera que “foi a partir da equipa presidida por Dias Rosa que se instalou no Governo uma nova filosofia de desenvolvimento do país, de-

16. *Diário de Notícias*, 17 de Janeiro de 1970.

17. *O Globo*, 27 de Agosto de 1972. Citado em Júlio Tavares Castilho, *A Ideia de Europa no Marcelismo...*, p. 127.

18. *Il Tempo*, 1 de Setembro de 1972, citado em Júlio Tavares Castilho, *op. cit.*, p. 127.

19. Marcelo Caetano, *Conversa em Família*, 14 de Novembro de 1972.

cididamente apostada na revisão das suas perspectivas, seja pela revisão do regime de condicionamento industrial, seja por uma maior aproximação aos movimentos de integração económica da Europa”.²⁰

Estas opções entusiasmaram uma parte dos empresários e dos políticos reformistas portugueses, mas também assustaram outra parte, que não desejava nem modernizar, nem descondicionar nem liberalizar. O fragor dessas reacções levou o ministro, ao arrepio da prática habitual, a conceder uma entrevista ao *Diário Popular*, em Abril de 1970, onde conclui que não existe qualquer alternativa a um entendimento com a CEE, o qual, na sua opinião, deveria revestir a forma de um acordo de cooperação económica e não a de um simples acordo comercial:

*“O acordo que puder ser celebrado no actual estágio do nosso desenvolvimento económico, e cujo alcance dependerá, fundamentalmente, das condições que os países da Comunidade vierem a propor, não deverá excluir, em qualquer caso, a possibilidade de um estreitamento progressivo, no futuro, das relações económicas entre Portugal e a CEE”.*²¹

Júlio Tavares Castilho considera que “a entrevista é uma resposta, ponto por ponto, às críticas formuladas pelas forças conservadoras” e acrescenta que, “pela sua extensão, estrutura, questões levantadas e tipo de respostas, reveste todas as características de ser um texto da iniciativa do ministro”.²²

É importante referir que nessa altura o *Diário Popular* era, na prática, dirigido por Francisco Pinto Balsemão, um dos deputados da *Ala Liberal*, grupo minoritário de parlamentares eleitos como independentes nas listas da União Nacional, muito aguerridos na defesa do ideário europeu, liberal e democrático. Tal como em variados aspectos da vida política nacional, assistimos durante o Marcelismo ao estabelecimento de alianças tácitas entre determinados sectores políticos defensores de uma agenda modernizadora e os jornais mais liberais.

Essa aproximação dos dois campos, afastados durante décadas devido ao brutal corte histórico que representou a autarcia salazarista, foi visível noutras discussões, como por exemplo as travadas em torno da aprovação da Lei de Imprensa, em 1971, ou da revisão constitucional do mesmo ano. Mas essas foram “guerras” internas, de

20. Júlio Tavares Castilho, *op. cit.*, p. 129.

21. *Diário Popular*, 29 de Abril de 1970.

22. Júlio Tavares Castilho, *op. cit.*, p. 130.

mais fácil acesso para os jornalistas, que as “cobriram” a partir do principal fórum de debate político, ou seja, a Assembleia Nacional.

No que diz respeito à assinatura dos Acordos Comerciais com a CEE, o segredo montado pelo Governo em torno das negociações, a sua política cautelosa no sentido de evitar a emergência de variados e potencialmente explosivos conflitos institucionais, inter-ministeriais e inter-governamentais, o relativo alheamento da população portuguesa, com excepção das elites, e a fraca preparação da maioria dos jornalistas, originaram, por regra, uma cobertura jornalística pobre, reduzida aos comunicados da ANI (Agência Nacional de Informação, antecessora da ANOP e da LUSA) e à transcrição dos dois discursos do ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Patrício. Este acabou sendo o maior protagonista, cabendo-lhe a tarefa de abrir formalmente as negociações, em 27 de Novembro de 1970, mas também a de apresentar o acordo ao país, em comunicação transmitida pela RTP, em 28 de Julho de 1972.

Uma circular confidencial, enviada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros informando algumas missões diplomáticas (Paris, Bona, Haia, Berna, Viena, Londres, Oslo, Estocolmo e Copenhaga) do início das conversas exploratórias entre Portugal e a CEE, em 18 de Janeiro de 1971, lideradas pelo embaixador Rui Guerra, recomendava o seguinte:

*“Tendo em conta a especialidade do caso Português, e a necessidade de rodearmos as nossas negociações das maiores precauções, permito-me referir a V. Ex^a que se afigura ser conveniente não dar grande divulgação aos elementos que vierem a ser transmitidos a V. Ex^a. O sistema regular de consultas entre os países da EFTA tem vindo a funcionar normalmente, embora sem a pressão e a latitude que seriam de esperar e não parece, por isso, pela nossa parte, estarmos a ir mais além do que os nossos parceiros. Aliás, a política de relativa confidencialidade corresponde aos desejos da Comunidade, que não convirá estar a hostilizar”.*²³

Na verdade, a confidencialidade era muito mais consentânea com os interesses do governo Português do que com os da Comunidade e foi por isso num relativo silêncio, quebrado por algumas transcrições retiradas da imprensa estrangeira,²⁴ sempre

23. Circular confidencial enviada às Missões Diplomáticas sobre o início das conversações exploratórias entre Portugal e a CEE, 18 de Janeiro de 1971, disponível em <http://www.eurohspot.eu/site/index.php?option>

24. Em Julho de 1971, por exemplo, toda a imprensa portuguesa reproduziu as declarações do ministro Dias Rosa à revista belga *L'Europeen*, bem como excertos de um estudo sobre Portugal e a integração europeia, da autoria de Silva Lopes.

que um governante luso prestava declarações a qualquer periódico europeu, que decorreu um dos processos político-diplomáticos mais determinantes durante o mandato Marcelista e, porventura, para o futuro do país.

Isso não quer dizer que o tema não surgisse, por vezes, sobretudo em esporádicos artigos de opinião, sobretudo nos jornais *República*, que dedicou ao tema vários artigos durante o mês de Julho de 1972, ou na revista semanal *Vida Mundial* que, dentro da sua tradição dos *dossiers* temáticos sobre temas da actualidade, dedicou várias páginas ao Mercado Comum na edição de 4 de Agosto de 1972.

Um dos jornais que mais activamente quebrou o silêncio foi o *Diário de Lisboa*, que através do contributo de Sérgio Ribeiro, responsável pelo suplemento económico daquele vespertino durante a década de 60, aí publicou algumas artigos informativos e de opinião sobre a evolução e os impactos do futuro acordo comercial.

Sérgio Ribeiro, que na altura já tinha escrito um dos primeiros livros que surgiram em Portugal sobre o processo de integração europeia – *O Mercado Comum a Integração e Portugal*, primeira edição em 1971 pelas Edições 70 – e continuava a investigar o tema, recorda que os acordos suscitaram pouco interesse entre a generalidade dos jornalistas.

Em 1972, deslocou-se a Bruxelas e refere: “*Lembro-me de chegar a Bruxelas, telefonar para a Embaixada e ninguém saber literalmente de coisa nenhuma. Depois consegui ir umas reuniões, infiltrando-me com grande desconfiança por parte deles. Também ia à sala de imprensa da Comissão. Havia lá jornalistas portugueses, do Século e do DN, mas que eram os correspondentes locais e não estavam sequer a seguir as negociações*”.

Apenas dois jornalistas portugueses foram enviados a Bruxelas para cobrir a fase final das negociações entre Portugal e a CEE: Luís de Barros, para *A Capital* e Francisco Saarsfield Cabral, para o *Diário Popular*. Luís Barros fez a cobertura mais exaustiva, escrevendo para *A Capital* uma série de artigos diários assinados e levando inclusivamente a fotografia do autor com a seguinte legenda – *Luís Barros escreve de Bruxelas* – falando com alguma abertura sobre as dificuldades enfrentadas pela delegação portuguesa.

O desafio, neste caso, era conseguir manter o estatuto de excepção para alguns produtos portugueses que o famoso *Anexo G* consagrara aquando da fundação da EFTA, em 1959. Mas, desta vez, o clima internacional era muito mais hostil a Portugal devido à ditadura e, sobretudo, devido à guerra colonial, e muitos países não estavam dispostos a transigir. Em 7 de Julho, Luís de Barros escreveu: “*Os representantes do*

*Mercado Comum continuam a não se deixar seduzir, em mais, pela ideia de requerer as facilidades requeridas por Portugal e que são impostas pelo atraso relativo do nosso desenvolvimento económico”.*²⁵

No dia 8 de Julho, *A Capital* fez manchete com o tema, titulando: “*Portugal enfrenta a Itália na CEE*”, explicando na entrada: “*Em matéria agrícola, a Itália é o adversário dos interesses portugueses no âmbito dos Acordos de Comércio Livre da CEE – apurou o nosso enviado especial a Bruxelas. Efectivamente, a Itália tem acusado os seus cinco parceiros europeus de concederem facilidades aos países mediterrânicos com produções agrícolas semelhantes às suas. Não desanimando, a delegação portuguesa procura próspera colocação para as conservas de peixe, vinhos, concentrado de tomate, ananases, azeite, flores, etc...”*.”²⁶

Lúis de Barros refere que a delegação portuguesa “*era chefiada por um homem extremamente culto, o embaixador Rui Teixeira Guerra, tinha um excelente contacto com os jornalistas. Mas eu e o Saarsfield Cabral fomos os únicos que acompanhámos a fase final. Houve reuniões que se prolongavam até de madrugada e depois vinha a correr para o hotel escrever (...)* A ausência de mais jornalistas revela bem como o jornalismo daquela altura era muito pobre e sem ousadia. A maior parte das iniciativas eram goradas pelo lápis azul dos coronéis e as empresas não estavam para investir dinheiro e depois ficar tudo sem efeito”.²⁷

Sérgio Ribeiro também elogia a competência da equipa de técnicos e diplomatas que constituíam a delegação portuguesa, destacando o papel de José da Silva Lopes: “*Tivemos a sorte de ter uns técnicos excelentes, entre eles o Silva Lopes, que negociaram em condições políticas completamente inimagináveis. Os outros tinham um argumento tremendo para nos encostar à parede que era dizer – “Vocês querem mais? Mas vocês são um país fascista! Como é que nós podemos ceder mais junto da nossa opinião pública?”.* Apesar disso, tivemos um tratamento privilegiadíssimo, mau grado as condições políticas que eram o mais nefastas que se podia imaginar”.

25. “Portugal à Beira da Europa, Etapa Decisiva”, *A Capital*, 7 de Julho de 1972, p. 3.

26. *A Capital*, 8 de Julho de 1972, p. 1.

27. Logo em Julho de 1968, o *Jornal do Fundão* lançou um inquérito contendo as seguintes perguntas: “Que diz das entrada de Portugal no Mercado Comum? É útil? É possível?”, colocadas a diversos economistas e industriais. Mas a maioria dos testemunhos recolhidos foram suspensos ou cortados pela Censura, e a série de artigos acabou sendo rapidamente interrompida.

Conclusão

A assinatura dos Acordos de Comércio Livre entre Portugal e a CEE, em 1972, foi o culminar de um processo de progressiva aproximação à Europa, sempre discreta, sempre burilada de molde a não ferir os superiores interesses políticos de uma nação que se afirmava “pluricontinental”, cuja liderança não transigia na opção ultramarina, apesar das cada vez maiores pressões internacionais para o fim da guerra colonial.

O debate político interno gerado pela questão da adesão à Europa, nas suas modalidades possíveis – integração plena, acordo económico, acordo comercial – com a consequente clivagem entre as elites reformistas liberais pró-europeias e os sectores conservadores antidemocráticos, constitui uma oportunidade para o debate de um tema até aí, considerado *tabu*. Para os adeptos da mudança política pela via não revolucionária, a Europa perfilava-se como ideal democrático a atingir e como modelo de desenvolvimento económico e social.

A centralidade do tema, e a sua dispersão por vários interlocutores nas esferas política, económica e empresarial, permitiram que alguns jornais, mais liberais e contando com jornalistas que já possuíam algum grau de especialização e conseguiram mobilizar contactos e fontes, pudessem fazer um tratamento mais jornalístico da evolução das negociações, sem ser através do tradicional artigo de opinião.

A Capital, o Diário Popular e o Diário de Lisboa foram os jornais que mais de destacaram nesta estratégia, o que é consentâneo com o facto de serem estes os títulos que mais cresceram, se modernizaram e profissionalizaram a partir de meados da década de 60.

No entanto, a discussão raramente conseguiu atingir os aspectos políticos contemplados pela futura integração de Portugal à Europa, uma opção que, a prazo, levaria a assumir a opção de democratizar e descolonizar. Manteve-se bastante confinada aos impactos económicos implicados pelo acordo comercial e, nessa medida, podemos afirmar que se tratou de um pequeno empurrão, um impulso ou um contributo para dar visibilidade a essa ideia estranha, ontem, porventura como ainda hoje, que é saber exactamente o que representa sermos europeus.

BIBLIOGRAFIA

- Caetano, Marcelo (1977), *Renovação na Continuidade*, Verbo: Lisboa.
- Caetano, Marcelo, *As Grandes Opções* (1973), Verbo: Lisboa.
- Cabral, Francisco Saarsfield (1973), *Uma Perspectiva sobre Portugal*, Moraes: Lisboa.
- Castilho, José Manuel Tavares, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968-1974)*, (2003), Assembleia da República/Edições Afrontamento: Lisboa.
- Pinto Leite, José Pedro (1970), *Política Nacional e Relações Internacionais*, Moraes: Lisboa.
- Pereira de Moura, Francisco (1969), *Para onde vai a Economia Portuguesa*, Dom Quixote: Lisboa.
- Murteira, Mário (1993), "Um olhar (dos anos 60) sobre Portugal", *Análise Social*, vol.XXVIII (123-124), 1993 (4º-5º).
- Ribeiro, Sérgio (1976, 3ª edição), *O Mercado Comum e a Integração de Portugal*, Estampa: Lisboa.
- Rosas, João Dias, (1972), *Rumos da Política Económica*, s.e:Lisboa.
- Sá Carneiro, Francisco, *Textos*, 2 vols. (1981), Editorial Progresso Social e Democracia: Lisboa.
- Soares, Mário (1974), *Portugal Amordaçado*, Depoimento sobre os anos do fascismo, Arcádia: Lisboa.